

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma

1 Contexto operacional

A B2W Companhia Digital ("B2W" ou "Companhia"), com sede localizada na Rua Sacadura Cabral nº 102, no município e Estado do Rio de Janeiro, resultante da fusão entre a Americanas.com S.A. - Comércio Eletrônico (Americanas.com) e a Submarino S.A., tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores de Mercadorias e Futuros, sob o código BTOW3. A B2W é controlada pela Lojas Americanas S.A. ("LASA" ou "Controladora"), companhia de capital aberto com ações negociadas na BM&FBOVESPA sob os códigos LAME3 - ON e LAME4 - PN.

A Companhia e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo") atuam nas seguintes frentes: e-commerce por meio das marcas Americanas.com, Submarino, Shoptime e Sou Barato; administração e promoção de cartão de crédito; plataforma de tecnologia; plataforma de logística, distribuição e atendimento ao cliente; e Marketplace.

A B2W oferece serviços de tecnologia, por meio da BIT Services, resultado da construção de uma plataforma de tecnologia disruptiva, robusta e inovadora para suportar o crescimento da Companhia. Na vertical de logística, a B2W oferece serviços de armazenagem, distribuição e atendimento ao cliente a seus parceiros por meio da B2W Fulfillment (BFF). Por fim, os serviços de crédito ao consumidor são mais uma plataforma importante para a B2W Digital, e a Companhia oferece cartões próprios para as suas quatro marcas, Americanas.com, Submarino, Shoptime e Sou Barato.

A emissão dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 08 de fevereiro de 2017.

2 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) para demonstrações individuais e consolidadas e as normas internacionais de relatório financeiro

(International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)) para as demonstrações consolidadas e, evidenciam somente as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

(b) Demonstração do valor Adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas:

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação de não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Nas demonstrações contábeis da Controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial (Nota 14).

(b) Perda de controle em controladas

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

(c) Acordos em conjunto

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações contábeis para representar os direitos e as obrigações contratuais do Grupo. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações contábeis.

A Companhia detém, em conjunto com a sua controladora, participação no Fundo Fênix de Investimento em Direito Creditório (FIDC), sociedade de propósito específico constituída em 2011 com a finalidade exclusiva de conduzir a securitização de recebíveis da Companhia e de sua controladora. Considerando a característica de operação conjunta do FIDC entre a Companhia a sua controladora, conforme detalhes descritos na Nota 8 (a), em linha com o CPC 19 (R2), a Companhia reconheceu:

- (i) seus ativos, incluindo sua parcela sobre quaisquer ativos detidos em conjunto;
- (ii) seus passivos, incluindo sua parcela sobre quaisquer passivos assumidos em conjunto;
- (iii) sua receita de venda da sua parcela sobre a produção advinda da operação em conjunto (*joint operation*);
- (iv) sua parcela sobre a receita de venda da produção da operação em conjunto (*joint operation*); e
- (v) suas despesas, incluindo sua parcela sobre quaisquer despesas incorridas em conjunto.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia reconheceu 42,54% das operações do fundo (52,2%, em 31 de dezembro de 2015), considerando a sua parcela dos títulos securitizados em 31 de dezembro de 2016 em relação ao total dos títulos securitizados pelas cedentes.

2.3 Apresentação de informações por segmentos

As atividades da Companhia estão concentradas na comercialização de produtos e prestação de serviços por diversos meios de comercialização não presenciais, em especial a Internet. Apesar da diversidade de produtos vendidos e serviços prestados pela Companhia (e-commerce; plataformas de serviços de crédito ao consumidor; plataforma de tecnologia; plataforma de logística, distribuição e atendimento ao cliente; e Marketplace), tais atividades não são controladas e gerenciadas pela Administração como segmentos operacionais independentes, sendo os seus resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. Desta forma, a Administração entende que a Companhia está organizada, basicamente, em uma única unidade de negócio. A Companhia atua também na área de produtos financeiros, por meio da controlada Submarino Finance Promotora de Crédito Ltda. e da Digital Finance Promotora de Crédito Ltda., que, por não atingirem os parâmetros quantitativos e qualitativos mínimos, não estão sendo apresentadas como um segmento operacional distinto.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Transações e saldos

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, quando aplicável, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas de transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

A diferença de moeda estrangeira gerada na conversão das demonstrações financeiras da controlada cuja moeda funcional não seja o real ("R\$") para moeda de apresentação real ("R\$") são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com intenção e possibilidade de serem resgatados em curto prazo, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6 Ativos e passivos financeiros

2.6.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) empréstimos e recebíveis e (iii) disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos.

(a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação. Um ativo ou passivo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos ou passivos circulantes.

Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" (recursos em caixa e bancos) e "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" (Notas 2.5 e 2.8).

(c) Disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos circulantes, a menos que a administração pretenda manter o investimento por um período superior a 12 meses a partir da data do balanço.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" no período em que ocorrem.

As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio líquido.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, o Grupo estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente

similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.6.4 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

2.7 Instrumentos financeiros derivativos - atividades de hedge

Os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data da celebração do contrato e são subsequentemente mensurados ao seu valor justo. Para maiores detalhes, vide Nota 4.3.

A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes do descasamento entre moedas e indexadores. As operações com instrumentos derivativos são realizadas de acordo com políticas previamente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia. No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da Administração para levar a efeito o hedge.

A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma como a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge.

Neste cenário, a Companhia captou empréstimos denominados em moeda estrangeira acrescidos de juros para os quais foram contratadas operações de “swap”, com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação do CDI acrescido de taxa pré-fixada. Para fins de contabilidade de cobertura (hedge accounting), estes instrumentos são classificados como hedge de valor justo e são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo, tanto do derivativo de hedging (swap), quanto do objeto de hedge (empréstimos), durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, como resultado financeiro.

2.8 Contas a receber de clientes

As contas a receber junto as administradoras de cartões de crédito estão apresentadas líquidas do ajuste a valor presente, calculado sobre a parcela das vendas e da provisão para crédito de liquidação duvidosa. São registradas também nessa rubrica as vendas efetuadas por meio de operações corporativas e acordos comerciais, destacadas na nota 9, como "Demais contas a receber".

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "*Impairment*").

2.9 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo médio de aquisição é ajustado pelo efeito do ajuste a valor presente de fornecedores (compras a prazo) e das bonificações recebidas de fornecedores, quando aplicável. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

2.10 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da contraprestação transferida, do valor da participação de não controladores na adquirida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. Nas demonstrações contábeis consolidadas, o ágio de aquisição e controladas é registrado como "ativo intangível".

(b) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 15 a 20 anos.

(c) Softwares/Website

Os gastos relacionados com o desenvolvimento de web sites (principal canal de vendas da Companhia), tais como desenvolvimento de aplicativos operacionais e infraestrutura tecnológica (compra e desenvolvimento interno de softwares e instalação de aplicativos nos sites), os direitos de uso de *software*, bem como desenvolvimento gráfico são registrados no intangível, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 04 (IAS 38), sendo amortizados de forma linear considerando o prazo estipulado de sua utilização e benefícios a serem auferidos (Nota 16).

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e *websites* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes dos novos *softwares* e

websites identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software/website* para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o *software/website* e usá-lo ou vendê-lo.
- O *software/website* pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software/website* gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software/website*.
- O gasto atribuível ao *software/website* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software/website*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares/websites* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de empréstimos incorridos durante o período de desenvolvimento do *software/website*. O montante dos encargos sobre os empréstimos capitalizados é obtido através da aplicação da taxa média ponderada dos empréstimos que estiveram vigentes durante o período sobre os investimentos realizados na obtenção do ativo e não excede o montante dos custos de empréstimos incorridos durante o exercício.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

2.11 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais bens do imobilizado é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme demonstrado na Nota 15.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e se apropriado, ajustados.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas e receitas operacionais líquidas na demonstração do resultado.

2.12 Arrendamento mercantil operacional e financeiro

O arrendamento operacional é representado por casos onde não existe a transferência de propriedade dos bens para a Companhia. São reconhecidos no resultado pelos pagamentos efetuados em base linear durante o prazo do contrato, obedecendo ao regime de competência dos exercícios.

O arrendamento financeiro, em conformidade com o CPC 06, é registrado como ativo imobilizado em contrapartida a um passivo. Tal passivo é liquidado de acordo com o estabelecimento no contrato firmado com o fornecedor. O Ativo é depreciado pelo prazo de vida útil econômica do bem, caso a Companhia detenha a sua propriedade, ou em caso contrário, pelo prazo de vigência estabelecido em contrato.

2.13 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que não têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

2.14 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações contraídas por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios. Essas obrigações podem ser deduzidas de recebíveis quando há acordos comerciais firmados com os fornecedores para divulgação ou realização de promoções de determinados produtos. São classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, essas contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros (Nota 17).

2.15 Ajuste a valor presente

As operações de compras a prazo, basicamente fornecedores de mercadorias e serviços, foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos das referidas transações. Utilizou-se a taxa média de 14,06% a.a. em 31 de dezembro de 2016 (13,34% a.a. em 31 de dezembro de 2015), base das captações para os respectivos exercícios. A constituição do ajuste a valor presente de compras é registrada nas

rubricas "Fornecedores" na Nota 17 e "Estoques" na Nota 10 e sua reversão tem como contrapartida a rubrica "Despesas financeiras" na Nota 28, pela fruição de prazo, no caso de fornecedores, e pela realização dos estoques em relação aos valores neles registrados na rubrica "Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados".

As operações de vendas a prazo, com o mesmo valor de venda à vista, prefixadas, representadas principalmente por vendas a prazo com cartões de crédito, foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos das referidas transações. Utilizou-se a taxa média de 15,35 % a.a. em 31 de dezembro de 2016 (14,75% a.a. em 31 de dezembro de 2015), base dos descontos dos recebíveis nas respectivas datas-bases. Sobre os ajustes identificados, aplicou-se as alíquotas de impostos nas respectivas datas bases. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a rubrica "Contas a receber de clientes" Nota 9 e sua realização é registrada na rubrica "Receitas financeiras" na Nota 28 pela fruição do prazo.

2.16 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos objeto de *swap* para fins de proteção às oscilações de taxa de câmbio estão registrados a valor justo, conforme demonstrado na Nota 4.1(a).

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.17 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.18 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das demonstrações contábeis. Contudo, os impostos diferidos ativos e passivos, são apresentados em separado na nota 12 (a).

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do balanço patrimonial sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o resultado fiscal.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.19 Benefícios a empregados

(a) Remuneração com base em ações

O Grupo opera plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo os quais a entidade recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) do Grupo. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas, que é calculado na data da outorga dos programas de opções de compra de ações, com base em modelos de precificação usualmente adotados pelo mercado. Estes modelos são calculados utilizando-se premissas tais como valor de mercado da ação, preço de exercício da opção, volatilidade do preço das ações da Companhia (calculada com base no histórico do preço de suas ações), taxa de juros livre de risco, prazo de vigência do contrato ("vesting period") e expectativa de distribuição de dividendos. Os custos de remuneração atrelados a estes programas são registrados pelo método linear durante o período de prestação de serviços pelo seu beneficiário, considerando a expectativa de desistência. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações estão divulgados na Nota 25. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece

o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas.

As contribuições sociais a pagar em conexão com a concessão das opções de ações são consideradas parte integrante da própria concessão, e a cobrança será tratada como uma transação liquidada em dinheiro.

(b) Participação nos lucros

Quando aplicável, o Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes.

O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

(c) Outros benefícios

A Companhia e suas controladas não concedem outros benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados além daqueles previstos na legislação trabalhista.

2.20 Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido (nota 24).

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. Quando a Companhia compra ações do seu próprio capital (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido até que as ações sejam canceladas ou negociadas. Quando essas ações são subsequentemente negociadas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.21 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que

benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de mercadorias e serviços

As receitas de vendas de mercadorias e serviços, que incluem o frete cobrado de clientes, são reconhecidas quando da transferência da propriedade e dos riscos a terceiros pelos seus valores brutos e deduzidas de descontos incondicionais, devoluções, ajuste a valor presente calculado sobre as vendas a prazo e os impostos sobre as vendas. Os pedidos de venda aprovados pelas administradoras de cartões de crédito, cujos produtos ainda não foram faturados, nem entregues aos clientes, e as vendas de vales-presentes que se encontram em poder dos clientes e que serão utilizados futuramente são registrados como "Outras Obrigações" classificadas no passivo circulante.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.22 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

Quando aplicável, a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é registrado no patrimônio líquido até a data da aprovação.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado para fins fiscais e no patrimônio líquido para fins societários.

2.23 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada de normas, embora permitida pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito a classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

Traz, ainda um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do *hedge*, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de *hedge* e que o índice de *hedge* seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

- IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil” – com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º. de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Redução ao valor recuperável (*impairment*) do ágio

Ao final de cada exercício, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.13. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGC's) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

Não foram reconhecidas perdas por *impairment* do ágio nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

(b) Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras e premissas de mercado de geração de lucros.

Os critérios para a determinação da necessidade de provisão para realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos estão descritos na nota 12 (c).

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros apresentados na Nota 4.3 é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

(d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Essa provisão é fundamentada em análise do histórico de perdas monitorado pela Administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber (nota 9).

(e) Provisão para perdas nos estoques

A provisão para perdas nos estoques é estimada com base no histórico de perdas na execução dos inventários físicos nos centros de distribuição, bem como na venda de itens abaixo do preço de aquisição e estoques sem venda. Esta provisão é considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização dos seus estoques (nota 10).

(f) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera o laudo elaborado por especialista externo sobre a utilização destes ativos ao longo das operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

(g) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os testes de *impairment* são realizados considerando as projeções de resultado futuro, calculado com base em premissas internas e de mercado, descontadas a valor presente. Essas projeções são calculadas considerando as melhores estimativas da administração, que são revistas quando ocorrem mudança no cenário econômico ou no mercado consumidor.

(h) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Companhia está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advém do curso normal das atividades de seus negócios.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas

com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

No curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros e variações cambiais, bem como risco de crédito em suas vendas a prazo e risco de liquidez. A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos de proteção para minimizar sua exposição a esses riscos, com base em seu monitoramento sob gestão de seus diretores supervisionada pelo Conselho de Administração. Essa gestão determina quais são as estratégias a serem adotadas e a Administração contrata instrumentos de proteção adequados a cada circunstância e riscos inerentes.

A Companhia e suas controladas não possuem opções, *swaptions*, swaps com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e "derivativos exóticos". A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação, reafirmando assim o seu compromisso com a política conservadora de gestão de caixa, seja em relação ao seu passivo financeiro, seja para com a sua posição de disponibilidades.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia e suas controladas utilizam-se de swaps tradicionais com o propósito de anular perdas cambiais decorrentes de desvalorizações acentuadas da moeda Real (R\$) perante estas captações de recursos em moedas estrangeiras.

Em 31 de dezembro de 2016, a posição destes instrumentos financeiros derivativos era a seguinte:

- *Swaps* tradicionais (registrados na conta de empréstimos e financiamentos):

A contraparte desses *swaps* tradicionais é a instituição financeira provedora dos empréstimos em moeda estrangeira (dólares americanos). Essas operações de *swap* referenciados em CDI visam anular o risco cambial, transformando o custo da dívida (Nota 18) para moeda e taxa de juros locais, de 121,5% a 138,2% do CDI. Esses contratos possuem, em 31 de dezembro de 2016, valor de referência de R\$ 820.000 na controladora (R\$ 866.324 no consolidado) e em 31 de dezembro de 2015, R\$ 966.130 na controladora (R\$ 1.012.453 no consolidado). Essas operações estão casadas em termos de valor, prazos e taxas de juros. A Companhia e suas controladas têm a intenção de liquidar tais contratos simultaneamente com os respectivos empréstimos. Nesse tipo de operação não existem cláusulas contratuais de chamada de margem.

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Objeto do hedge	741.025	913.926	786.430	964.300
Posição passivo do swap (% CDI)	(854.222)	(854.143)	(901.410)	(901.227)
Saldo contábil de ajuste de swap (Nota 18 (a))	(113.197)	59.783	(114.980)	63.073

		Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Objeto do hedge (dívida)	Custo amortizado	741.025	888.309	786.430	936.824
	Ajustado pelo valor justo dos riscos cobertos	(770.955)	(913.926)	(818.064)	(964.300)
		(29.930)	(25.617)	(31.634)	(27.476)
Swaps Posição ativa (Dólar + Pré)	Custo amortizado	(741.025)	(888.309)	(786.430)	(936.824)
	Valor justo	770.955	881.415	818.064	931.604
		29.930	(6.894)	31.634	(5.220)
Posição passiva (% CDI)	Custo amortizado	(854.222)	(854.143)	(901.410)	(901.227)
	Valor justo	860.921	821.632	909.824	868.531
		6.699	(32.511)	8.414	(32.696)
		6.699	(25.617)	8.414	(27.476)

Considerando que a exposição da Companhia ao risco de oscilações nas taxas de câmbio é mitigada pelas operações de swaps tradicionais, contratados para proteção cambial, e, portanto, simultaneamente com os respectivos empréstimos em moeda estrangeira, a variação do dólar frente ao Real em decorrência da atual condição de mercado não produz efeitos relevantes nas informações financeiras da Companhia.

(ii) Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas se utilizam de recursos gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas operações bem como para garantir seus investimentos e crescimento. Para complementar sua necessidade de caixa para crescimento, a Companhia e suas controladas obtêm empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras do País e capta recursos por meio de debêntures, que são substancialmente (cerca de 80% do total), indexados à variação do CDI. O risco inerente surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes no CDI (análise de sensibilidade no item (d) abaixo). A política de aplicações financeiras indexadas em CDI mitiga parcialmente este efeito.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e outras instituições financeiras, os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes do varejo são liquidadas em dinheiro ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado.

O risco de crédito é minimizado pelo fato de aproximadamente 65% das vendas da Companhia e suas controladas serem realizadas por meio de cartões de crédito administrados pelas principais

operadoras de cartão de crédito que possuem excelentes níveis de classificação de risco. A Companhia e suas controladas mantêm provisões para crédito de liquidação duvidosa em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir possíveis perdas em seus recebíveis.

(c) Risco de liquidez

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

A Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo e os passivos financeiros derivativos que são quitados em uma base líquida pelo Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa.

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2016				
Fornecedores	1.966.972	-	-	-
Empréstimos financiamentos e debêntures	477.986	1.509.281	2.404.062	522.127
Em 31 de dezembro de 2015				
Fornecedores	2.154.629	-	-	-
Empréstimos financiamentos e debêntures	454.536	415.680	4.327.452	359.797

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2016				
Fornecedores	2.107.960	-	-	-
Empréstimos financiamentos e debêntures	563.043	2.058.312	2.404.062	522.127
Em 31 de dezembro de 2015				
Fornecedores	2.200.722	-	-	-
Empréstimos financiamentos e debêntures	621.457	429.796	4.973.734	359.797

(d) Análise de sensibilidade adicional

Análise de sensibilidade das operações de swaps

As operações de swap registradas pela Companhia e suas controladas, foram contratadas simultaneamente às operações dos empréstimos em moeda estrangeira, contemplando prazos, taxas e valores equivalentes, trocando exposição cambial dos empréstimos pela exposição ao CDI.

Em 31 de dezembro de 2016, a dívida bruta da Companhia, em dólares norte-americanos, era de R\$ 741.025 (controladora) e de R\$ 786.430 (consolidado).

A expectativa de mercado, conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data base em 13 de janeiro de 2017, indicavam uma taxa de câmbio para o final do exercício de 2017 (cenário provável) de 3,4000 R\$ /US\$, ante uma taxa de 3,2591 R\$ /US\$ verificada em 30 de dezembro de 2016.

Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% a 50% respectivamente. Acima da expectativa provável, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Operação	Risco	Cenário provável	Controladora	
			Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Dólar				
Taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2016		3,2591	3,2591	3,2591
Taxa de câmbio estimada para 31 de dezembro de 2017		3,4000	4,2500	5,1000
Empréstimos em moeda estrangeira	(variação US\$)	32.037	225.302	418.568
Swaps (Ponta Ativa em moeda estrangeira)	(variação US\$)	(32.037)	(225.302)	(418.568)
	Efeito líquido	Nulo	Nulo	Nulo

Operação	Risco	Cenário provável	Consolidado	
			Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Dólar				
Taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2016		3,2591	3,2591	3,2591
Taxa de câmbio estimada para 31 de dezembro de 2017		3,4000	4,2500	5,1000
Empréstimos em moeda estrangeira	(variação US\$)	34.000	239.107	444.215
Swaps (Ponta Ativa em moeda estrangeira)	(variação US\$)	(34.000)	(239.107)	(444.215)
	Efeito líquido	Nulo	Nulo	Nulo

• **Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI**

A Companhia e suas controladas mantêm a grande parte de sua dívida e das suas disponibilidades indexadas à variação do CDI (considerando a troca das dívidas em moeda estrangeira por variação do CDI com os swaps tradicionais). Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia (controladora) apresentava uma dívida líquida de R\$ 2.465.150 (R\$ 1.655.725 em 31 de dezembro de 2015), representada pelo valor dos empréstimos, financiamentos e debêntures, líquido de caixa e títulos e valores mobiliários. No consolidado a dívida líquida era de R\$ 2.299.390 (R\$ 1.632.566 em 31 de dezembro de 2015).

A expectativa de mercado, conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data base em 13 de janeiro de 2017, indicavam uma taxa mediana efetiva do CDI estimada em 9,63%, cenário provável para o ano de 2017, ante a taxa efetiva de 13,63% verificada em 30 de dezembro de 2016.

Adicionalmente, a Administração, efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, deterioração da taxa do CDI em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Operação	Cenário provável	Controladora	
		Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Taxa efetiva anual do CDI em 31 de dezembro de 2016 - %	13,63%	13,63%	13,63%
Dívida líquida	2.465.150	2.465.150	2.465.150
Taxa anual estimada do CDI em 2016 - %	9,63%	12,04%	14,45%
Efeito anual na disponibilidade líquida:			
Redução	(98.606)	(39.258)	
Aumento			20.091

Operação	Cenário provável	Consolidado	
		Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Taxa efetiva anual do CDI em 31 de dezembro de 2016 - %	13,63%	13,63%	13,63%
Dívida líquida	2.299.390	2.299.390	2.299.390
Taxa anual estimada do CDI em 2016 - %	9,63%	12,04%	14,45%
Efeito anual na disponibilidade líquida:			
Redução	(91.976)	(36.618)	
Aumento			18.740

4.2 Gestão de capital

O objetivo da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital é o de assegurar a continuidade de suas operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para minimizar os custos a ela associados.

A Companhia monitora os níveis de endividamento através do índice de Dívida Líquida/EBITDA, o qual no seu entendimento representa, de forma mais apropriada, a sua métrica de endividamento, pois reflete as obrigações financeiras consolidadas líquidas das disponibilidades imediatas para pagamentos, considerada sua geração de caixa operacional.

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares.

O Grupo aplica o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- (Nível 1) preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.
- (Nível 2) *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- (Nível 3) *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2016.

	Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
			Saldo total
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Fundo de Investimento em Direitos			
Creditórios - FIDC	15.491	11.823	-
CDB		385.763	-
Demais Títulos e Valores Mobiliários		1.329.464	-
Total do ativo	15.491	1.727.050	-
Passivos			
Valor justo por meio do resultado			
Empréstimos e financiamentos (Moeda	-	786.430	-
Estrangeira)			
Derivativos usados para <i>hedge - swap</i>	-	114.980	-
Total do passivo	-	901.410	-

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2015.

	Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
			Saldo total
Ativos			
Fundo de Investimento em Direitos			
Creditórios - FIDC	4.109	8.592	-
CDB		303.779	-
Demais Títulos e Valores Mobiliários		2.227.788	-
Total do ativo	4.109	2.540.159	-
Passivos			
Valor justo por meio do resultado			
Empréstimos e Financiamentos (Moeda	-	964.300	-
Estrangeira)			
Derivativos usados para <i>hedge - swap</i>	-	(63.073)	-
Total do passivo	-	901.227	-

Não existem ativos e passivos financeiros relevantes sujeitos a acordo de compensações.

5 Instrumentos financeiros por categoria

		Consolidado	
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Total
Em 31 de dezembro de 2016			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Títulos e valores mobiliários		1.742.541	1.742.541
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	934.992		934.992
Caixa e equivalentes de caixa	4.714	219.534	224.248
	939.706	1.962.075	2.901.781
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Em 31 de dezembro de 2016			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos			
Moeda nacional		3.164.007	3.164.007
Moeda estrangeira	786.430		786.430
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	114.980		114.980
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		2.453.542	2.453.542
Debêntures		200.762	200.762
	901.410	5.8118.311	6.719.721
		Consolidado	
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Total
Em 31 de dezembro de 2015			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Títulos e valores mobiliários		2.239.205	2.239.205
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	977.702		977.702
Caixa e equivalentes de caixa	25.645	303.779	329.424
	1.003.347	2.542.984	3.546.331

	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Em 31 de dezembro de 2015			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos			
Moeda nacional		3.065.445	3.065.445
Moeda estrangeira	964.300		964.300
Instrumentos financeiros derivativos - swap	(63.073)		(63.073)
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		2.572.412	2.572.412
Debêntures		200.728	200.728
	901.227	5.838.585	6.379.812

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia são compostos principalmente pelo saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber de cartões de crédito. O caixa da Companhia está aplicado nas maiores instituições financeiras do Brasil - todas instituições de primeira linha - e os recebíveis da Companhia e suas controladas são essencialmente junto às principais operadoras de cartão de crédito, que possuem reduzidos níveis de risco de crédito.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e bancos conta movimento	3.578	21.742	4.714	25.645
Certificados de Depósito Bancário - CDB's	219.534	303.779	219.534	303.779
	223.112	325.521	224.248	329.424

Os Certificados de Depósito Bancário são remunerados a uma taxa de até 102,8 % do CDI em 31 de dezembro de 2016 (de até 102,8% do CDI em 31 de dezembro de 2015). Os CDB's classificados como caixa possuem liquidez imediata sem risco de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

8 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Valor justo por meio do resultado				
Fundo de Investimento - (FIDC)	-	-	11.823	8.592
Títulos do Tesouro Nacional - (FIDC)	-	-	15.491	4.109
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	329.300	455.668	385.763	487.800
Operações Compromissadas	1.123.447	1.556.530	1.329.464	1.738.704
Quotas júnior - (FIDC)	35.478	29.830	-	-
	1.488.225	2.042.028	1.742.541	2.239.205
Circulante	1.452.747	2.012.198	1.742.541	2.239.205
Não circulante	35.478	29.830	-	-

(a) Fênix Fundo de Investimento em Direitos Creditórios do Varejo

O Fênix de Investimento em Direitos Creditórios do Varejo ("Fênix FIDC do Varejo") tem a finalidade de adquirir direitos de crédito de titularidade da Companhia e da Controladora Lojas Americanas ("Cedentes"), originários das vendas, por meio de cartões de crédito, realizadas pelas Cedentes aos seus clientes. O Fênix FIDC do Varejo, tem prazo de duração indeterminado, sendo que cada emissão/série de quotas terá prazo do vencimento determinado. Em 21 de junho de 2013, foram ampliadas as operações de Fênix FIDC do Varejo, e a amortização final está programada para o 60 (sexagésimo) mês.

A estrutura do Fênix FIDC do Varejo, bem como a remuneração das quotas está assim representada:

Quotas	Quantidade	%PL Fundo	Dez/16	Dez/15	Benchmark - DI
Sênior	11.563	92,50	1.184.300	1.184.671	108,9%
Mezanino	500	4,00	51.782	51.807	157,0%
		96,50	1.236.082	1.236.478	
Júnior	437	3,50	59.130	49.717	-
		100,00	1.295.212	1.286.195	

Em 31 de dezembro de 2016, as operações de securitização de direitos creditórios, realizadas pelas Cedentes para o Fênix FIDC do Varejo, totalizam R\$ 1.231.261 (R\$ 1.262.127 em 31 de dezembro de 2015), sendo R\$ 707.456 (R\$ 602.743 em 31 de dezembro de 2015) securitizados pela controladora Lojas Americanas e R\$ 523.804 (R\$ 659.382 em 31 de dezembro de 2015) securitizados pela Companhia.

Seguem abaixo as informações financeiras do referido fundo:

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

	2016	2015
Ativo		
Caixas e equivalentes de caixa	23	10
Títulos e valores mobiliários	64.205	24.311
Contas a receber	1.231.261	1.262.127
Total do ativo	1.295.489	1.286.448
Passivo		
Contas a pagar (circulante)	277	253
Contas a pagar (não circulante)	1.236.082	1.236.478
Patrimônio líquido	59.130	49.717
Total do passivo e patrimônio líquido	1.295.489	1.286.448

Demonstrações dos resultados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente:

	2016	2015
Receita financeira	195.437	177.310
Despesa financeira	(186.024)	(175.454)
Lucro líquido do exercício	9.413	1.856

A carteira de títulos e valores mobiliários do FIDC, está composta por: Letras Financeiras do Tesouro Nacional (LFTN), Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Cotas do Fundo de Aplicações Financeiras, os quais estão disponíveis a qualquer momento, para aquisições de recebíveis originados nas operações das cedentes.

(b) Demais ativos financeiros

Os Certificados de Depósito Bancário, integralmente de instituições financeiras de primeira linha, são remunerados a uma taxa de até 102,8% do CDI em 31 de dezembro de 2016 (de até 102,8% do CDI em 31 de dezembro de 2015). Não há intenção de alienação desses títulos em prazo superior a 1 ano, motivo pelo qual estão classificados no ativo circulante.

As Operações Compromissadas são compostas por debêntures emitidas por instituição financeira de primeira linha, e estão registradas ao seu valor justo, remuneradas a taxa de até 102,0% do CDI controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2016 (de até 101,8% do CDI controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2015), podendo ser negociadas a qualquer momento.

	Controladora	Consolidado
Em 1º de janeiro de 2015	1.151.224	1.315.849
Adições	6.866.019	8.391.673
Alienações	(5.866.176)	(7.329.448)
Transferência para caixa e equivalentes de caixa	(138.869)	(138.869)
Em 31 de dezembro de 2015	2.012.198	2.239.205
Adições	5.076.265	6.396.594
Alienações	(5.587.211)	(6.844.753)
Transferência para caixa e equivalentes de caixa	(48.505)	(48.505)
Em 31 de dezembro de 2016	1.452.747	1.742.541

9 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Cartões de crédito (i)	578.724	712.373	578.728	713.845
Demais contas a receber (ii)	71.192	88.999	138.867	169.219
	649.916	801.372	717.595	883.064
Ajuste a valor presente (iii)	(2.145)	(2.908)	(2.145)	(2.908)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(17.508)	(12.136)	(26.367)	(21.725)
	630.263	786.328	689.083	858.431

- (i) As operações com cartões de crédito podem ser parceladas em até doze meses. O risco de crédito da Companhia e de suas controladas é minimizado à medida que a carteira de recebíveis é monitorada pelas empresas administradoras de cartão de crédito.
- (ii) Demais contas a receber representam, principalmente, vendas efetuadas a pessoas jurídicas por meio de operações corporativas, projetos de fidelidade e acordos comerciais.
- (iii) O ajuste a valor presente foi calculado sobre o contas a receber líquido das antecipações do FIDC.

A Companhia realiza operação de securitização de seus direitos creditórios representado por contas a receber de administradoras de cartão de crédito, através do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), Nota 8 (a), cuja demonstrações contábeis são consolidadas pela Companhia. Na controladora, a Companhia manteve o reconhecimento do recebível no montante de R\$ 523.804 (R\$659.382 em 31 de dezembro de 2015), em contrapartida da conta empréstimos e financiamentos no passivo não circulante, conforme descrito na Nota 18.

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
A vencer	623.172	766.311	658.453	848.003
Vencidos:				
até 30 dias	9.173	17.291	17.980	17.291
30 a 60 dias	5.821	12.662	9.469	12.662
61 a 90 dias	994	1.956	3.507	1.956
91 a 120 dias	3.347	634	4.825	634
121 a 180 dias	3.192	293	4.930	293
> 180 dias	4.217	2.225	18.431	2.225
	649.916	801.372	717.595	883.064

O valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa considera os valores vencidos a mais de 180 dias, combinada com a análise da Administração sobre prováveis perdas dos créditos a vencer e vencidas.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2015	(16.835)	(21.686)
Reversões	4.699	-
Adições	-	(39)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(12.136)	(21.725)
Reversões	-	-
Adições	(5.372)	(4.642)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(17.508)	(26.367)

10 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Mercadorias para revenda	1.511.657	1.378.882	1.534.343	1.419.289
Suprimentos e embalagens	6.981	6.583	6.981	6.583
	1.518.638	1.385.465	1.541.324	1.425.872

A provisão para perdas está apresentada nas contas acima, pelo seu valor líquido. A movimentação da provisão para perdas está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2015	(52.646)
Adições	(1.968)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(54.614)
Adições	(18.603)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(73.217)

11 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
IR retido na fonte	28.298	43.909	33.969	46.297
PIS e COFINS	977.040	731.089	979.704	733.970
ICMS	254.134	101.340	256.142	101.354
IRPJ e CSLL	218.192	172.410	229.113	183.146
Outros	8.321	11.779	9.867	13.774
	1.485.985	1.060.527	1.508.795	1.078.541
Parcela do circulante	418.533	187.874	441.343	205.888
Parcela do não circulante	1.067.452	872.653	1.067.452	872.653

Considerando as regras de tributação atualmente vigentes, segue expectativa dos principais impostos a recuperar:

- PIS e COFINS: A Companhia espera recuperar R\$ 80.523 até 2017 e R\$ 896.517 em até 4 anos (2018 a 2021) através de compensação com outros tributos federais. Adicionalmente, a Companhia ingressou com pedido de ressarcimento junto a Secretaria da Receita Federal no montante de R\$ 404.026.

	<u>Controladora</u>
2017	80.523
2018	99.850
2019	258.204
2020	378.356
2021	160.107
	977.040

- ICMS: A Companhia espera recuperar os créditos de ICMS com as próprias operações no valor de R\$ 209.918 até 2017 e R\$ 44.216 em até 2 anos (2018 e 2019). A administração da Companhia, objetivando a realização do saldo credor de ICMS oriundo da comercialização de mercadorias, realizou estudos técnicos baseando-se no curso normal de suas operações mercantis para os próximos exercícios sociais. O referido estudo foi realizado com base nas operações atuais e expectativas futuras, sempre lastreado no plano estratégico de negócio de longo prazo da Companhia.

	<u>Controladora</u>
2017	209.918
2018	35.297
2019	8.919
	254.134

- IRPJ e CSLL: A Companhia espera recuperar R\$ 246.490 em até 3 anos (2017 a 2019), através de pedido de restituição e/ou compensação com outros tributos federais.

	<u>Controladora</u>
2017	128.092
2018	90.100
2019	28.298
	246.490

12 Imposto de renda e contribuição social

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>Controladora</u>		<u>Ativo</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Prejuízos fiscais	560.445	412.250	585.441	437.063
Bases negativas de contribuição social	201.760	148.410	210.758	156.784
Diferenças temporárias				
Contingências	19.070	17.216	19.070	17.216
Operações de <i>swap</i> não liquidados	12.376	24.954	26.186	36.984
Ajuste a valor presente créditos e obrigações	42.078	38.534	42.078	38.534
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	12.164	10.095	15.241	14.151
Provisão perdas nos estoques	24.894	18.569	24.894	18.568
Provisão para realização de impostos diferidos	(143.815)	(143.815)	(143.815)	(143.815)
Outros	7.263	204	14.797	4.954
	736.235	526.417	794.650	580.439

	Passivo			
	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Capitalização de juros	60.887	70.696	60.887	70.696
Revisão de vida útil	6.517	24.431	6.517	24.431
Outros	1.076	7.660	4.476	11.060
	68.480	102.787	71.880	106.187
Saldo líquido	667.755	423.630	722.770	474.252

No exercício de 2015, diante do cenário macroeconômico mais desafiador, a Companhia realizou análises de sensibilidade utilizando como crescimento de vendas, apenas a variação do índice projetado de inflação (ou seja, sem crescimento real) e manutenção do mesmo patamar de margem bruta até 2018. O cenário adotado foi submetido a teste de impairment. Desta forma a Companhia registrou uma provisão para perda na realização dos impostos diferidos, no montante de R\$ 143.815 que não seria utilizado até 2025, conforme norma contábil vigente.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a companhia realizou resultados superiores ao plano de negócios sensibilizado no exercício anterior, constituindo impostos diferidos.

A Administração da Companhia reitera a confiança no seu Plano de Negócios e seguirá monitorando os indicadores internos e externos como forma de melhor avaliar a evolução das suas estimativas.

(b) Movimentação dos impostos diferidos

A movimentação dos ativos e passivos de impostos diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos, é a seguinte:

	Controladora				
	Provisões	Ajustes a valor presente	Prejuízos fiscais	Outros	Total
Ativo de imposto diferido					
Em 1º de janeiro de 2015	46.025	27.659	527.140	-	600.824
Creditado (debitado) à demonstração do resultado	24.809	10.875	33.520	204	69.408
Provisão para realização dos impostos diferidos (i)	-	-	-	(143.815)	(143.815)
Em 31 de dezembro de 2015	70.834	38.534	560.660	(143.611)	526.417
Creditado (debitado) à demonstração do resultado	(2.330)	3.544	201.545	7.059	209.818
Em 31 de dezembro de 2016	68.504	42.078	762.205	(136.552)	736.235

(i) Contrapartida: resultado do exercício (débito)

	Controladora				
	Capitalização de juros	Revisão de vida útil intangível	Revisão de vida útil imobilizado	Outros	Total
Passivo de imposto diferido					
Em 1º de janeiro de 2015	80.028	52.239	18.453	10.067	160.787
Debitado (creditado) à demonstração do resultado	(9.332)	(52.239)	5.978	(2.407)	(58.000)
Em 31 de dezembro de 2016	70.696	-	24.431	7.660	102.787
Debitado (creditado) à demonstração do resultado	(9.809)	-	(17.914)	(6.584)	(34.307)
Em 31 de dezembro de 2016	60.887	-	6.517	1.076	68.480

A constituição dos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais e base negativa no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, estava prevista no estudo de recuperabilidade realizado anualmente.

	Consolidado				
	Provisões	Ajuste a valor presente	Prejuízos fiscais	Outros	Total
Ativo de imposto diferido					
Em 1º de janeiro de 2015	54.157	27.659	572.115	15.230	669.161
Creditado (debitado) à demonstração do resultado	32.762	10.875	74.371	(10.276)	107.732
Provisão para realização dos impostos diferidos (i)	-	-	(143.815)	-	(143.815)
Reversão de impostos diferidos de controlada indireta adquirida (ii)	-	-	(23.042)	-	(23.042)
Ativos líquidos de controlada indireta vendida (iii)	-	-	(29.597)	-	(29.597)
Em 31 de dezembro de 2015	86.919	38.534	450.032	4.954	580.439
Creditado (debitado) à demonstração do resultado	(1.528)	3.544	200.834	9.843	212.693
Ativos líquidos de controlada indireta vendida (iii)	-	-	1.518	-	1.518
Em 31 de dezembro de 2016	85.391	42.078	652.384	14.797	794.650

- (i) Contrapartida: resultado do exercício (débito)
(ii) Contrapartida: ágio na aquisição de investimento
(iii) Contrapartida: investimento

	Consolidado				
	Capitalização de juros	Revisão de vida útil intangível	Revisão de vida útil imobilizado	Outros	Total
Passivo de imposto diferido					
Em 1º de janeiro de 2015	80.028	52.239	18.453	13.467	164.187
Debitado (creditado) à demonstração do resultado	(9.332)	(52.239)	5.978	(2.407)	(58.000)
Em 31 de dezembro de 2015	70.696	-	24.431	11.060	106.187
Creditado (debitado) à demonstração do resultado	(9.809)	-	(17.914)	(6.584)	(34.307)
Em 31 de dezembro de 2016	60.887	-	6.517	4.476	71.880

(c) Expectativa de realização de impostos diferidos

	Controladora	Consolidado
	2016	2016
2020	30.367	32.869
2021	84.857	91.849
2022	140.149	151.696
2023	198.046	214.363
2024	214.336	231.993
	667.755	722.770

(d) Conciliação entre alíquotas nominais e efetivas

A conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social à alíquota nominal e os montantes efetivos em resultados é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	(729.985)	(401.976)	(723.199)	(406.192)
Alíquota nominal - %	34%	34%	34%	34%
	248.195	136.672	245.888	138.105
Efeito das (adições) ou exclusões ao lucro contábil				
Participação em controladas e controlada em conjunto	(2.100)	(14.041)	-	-
Outras exclusões (adições) permanentes, líquidas	(1.970)	4.776	(8.590)	(6.535)
Provisão para realização de impostos diferidos	-	(143.815)	-	(143.815)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	244.125	(16.408)	237.298	(12.245)
Correntes	-	-	(9.702)	(34.162)
Diferidos	244.125	(16.408)	247.000	21.917
Imposto de renda e contribuição social	244.125	(16.408)	237.298	(12.245)
Alíquota efetiva	33%	4%	33%	4%

13 Transações com partes relacionadas

	Saldos		Transações							
	A receber (a pagar)		Vendas		Compras		Outras		Receita (despesa) financeira	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Operações com a Controladora										
Lojas Americanas S.A. (v)	(81.820)	(16.550)	794.805	755.651	(293.588)	(159.762)	(83.101)	(83.322)		
- Aluguel Sede e CD's e diversos	(4.062)	(5.334)					(33.414)	(36.398)		
- Mercadorias de revenda - venda	2.245	2.195	89.822	32.836						
- Mercadorias de revenda - compra	(117.426)	(24.035)			(293.588)	(159.762)				
- Operações em Quiosques (ii)	26.454	10.624					(49.687)	(46.924)		
- Operações com Click Rodo	3.587	-	29.584	18.634						
- Operações com QSM	7.382	-	675.399	704.181						
Operações com controladas (iii)	70.777	37.455							(1.277)	(601)
B2W Rental	39.234	39.055								
Ingresso.com S.A.	-	-								(69)
Submarino Finance	242	(539)								
Click Rodo	775	1.317							(1.004)	(470)
B2W Services (antiga Uniconsult)	-	3.541								
BIT Services (antiga Ideais)	27.459	8								
Direct	3.003	1.202							(222)	(62)
QSM	(730)	(10.775)								
Tarkena	-	3.217								
B2W México	163	-							(14)	
Infopríce	312	128							(37)	
Outras contas a receber	718	301								
Outras contas a pagar	(399)	-								
Outras operações com controladas	(129.487)	(120.653)								
Transporte de mercadorias									(545.800)	(470.468)
Click Rodo	(20.546)	(25.177)							(100.748)	(154.806)
Direct	(90.547)	(81.769)							(399.675)	(267.581)
Desenvolvimento de sistemas										
B2W Services (antiga Uniconsult)	-	(8.952)							(13.940)	
BIT Services (antiga Ideais)	(18.394)	(4.755)							(45.377)	(34.141)
Ativo Circulante	62.565	42.701								
Passivo não circulante	(214.064)	(142.449)								
Debêntures (iv)	(200.762)	(200.728)							(31.973)	(29.723)
BWU	(200.762)	(200.728)							(31.973)	(29.723)
Honorários										
Prestação de serviço (i)									(14.776)	(35.585)
									(14.776)	(35.585)

- (i) Um dos membros do Conselho de Administração da Controladora, o Sr. Love Goel, indicado a este cargo pela Administração, possui participação na GVG, da qual é o CEO, que presta serviços de desenvolvimento de projetos relacionados à experiência de compra dos clientes nos sites. A escolha da empresa se deu com base nas necessidades da Companhia e através de benchmarking.
- (ii) A Companhia mantém contrato com a Acionista Controladora LASA, visando desenvolver em conjunto ações de incremento de sinergia de suas operações com a instalação de quiosques da marca Americanas.com nas dependências comerciais da LASA. Com base nesse contrato, os pagamentos das operações realizadas no site da Americanas.com pelos clientes podem também ser efetuados nos caixas de qualquer uma das lojas da LASA.
- (iii) Referem-se principalmente a reembolso de despesas e contratos de mútuos e adiantamentos para futuro aumento de capital. Os contratos de mútuo são remunerados com base no fator diário do CDI acrescido de 4%.
- (iv) Em 7 de dezembro de 2010, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a primeira emissão privada de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no montante de R\$ 200.000. A emissão não foi objeto de registro perante a CVM, uma vez que as debêntures foram objeto de colocação privada, sem qualquer esforço de venda perante investidores, totalmente subscrita pela BWU Comércio Entretenimento S.A., subsidiária integral da controladora Lojas Americanas S.A. Os requisitos e características da emissão estão relacionados na Nota 19.
- (v) A Companhia firmou contrato de licença para uso de marca com a LASA, pelo qual é concedida a licença de uso da marca Americanas.com e marcas similares, em caráter exclusivo, para as atividades compreendidas no seu objeto social. Conforme estabelecido no referido contrato, o licenciamento da marca será gratuito enquanto a LASA detiver participação societária relevante na Companhia.

14 Investimentos - Controladora
(a) Movimentação dos investimentos na Controladora

	Ingresso	Participações	8M	BFF Logística	B2W Viagens e Turismo	Submarino Finance	ST Importações	B2W Chile	Viajes Argentina	QSM	Tarkena	Bit Services	Digital Finance	Rental	B2W Argentina	Mesa-express	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2015	24.518	46.822		-	4.021	40.984	31.105	98	1.238	5.948	3.968	53.927	521	-	-	-	213.150
Equivalência patrimonial	(14.638)	(19.956)			(44.201)	17.935	15.089	(114)	(1.088)	5.781	11	671	172	(197)	(4)	130	(40.409)
Ajuste conversão	134							(48)	(2)						(32)		52
Aumento de Capital		255.748			119.844									1			375.593
Ágio em aquisição de investimentos	(1.135)											(6.373)					(7.508)
Mais valia												6.373					6.373
Baixa Mais valia												(889)					(889)
Reserva de Lucros																	-
Transferência % de participação	24.357	(1.862)			(747)			289						(22.668)	538	93	-
Transferência para mantido para venda																	-
Alienação de investimento	(33.236)				(78.917)												(112.153)
Transferência para mantido para venda																	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	280.752	-	-	-	58.919	46.194	225	148	11.729	3.979	53.709	693	(22.864)	502	223	434.209
Equivalência patrimonial		(25.057)		3.604	-	7.001	3.533	(135)	2.742	3.756	(537)	631	108	(904)	(9)	(23)	(5.290)
Ajuste conversão		263	(9)					(129)	167						(250)		42
Aumento de Capital		30.000		22.500				91			7.750						60.341
Ágio em aquisição de investimentos												(6.373)					(6.373)
Mais valia												6.373					6.373
Baixa Mais valia		(139.531)										(889)					(889)
Baixa de Investimento																	(139.531)
Aquisição de participação societária				139.531					(3.057)								139.531
Alienação de investimento											(11.192)	11.192					(3.057)
Incorporação Tarkena		(146.427)										146.427					-
Incorporação 8M																	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	165.626	-	-	65.920	49.727	52	-	15.485	-	211.070	801	(23.768)	243	200	485.356

(b) Informações sobre investimentos em controladas

				2016
	%	Capital	Patrimônio	Lucro Líquido
	Participação	social	Líquido	(Prejuízo Líquido)
				ajustado
Controladas diretas				
BFF Logística e Distribuição Ltda.	100,00	163.198	165.626	3.604
ST Importações Ltda.	100,00	4.050	49.727	3.533
B2W Chile	100,00	267	122	(135)
Mesaexpress	100,00	275	12	(23)
Submarino Finance Promotora de Crédito Ltda.	100,00	12.005	65.920	7.001
QSM	100,00	5.000	15.485	3.756
BIT Services	100,00	212.865	157.272	(25.852)
Digital Finance	100,00	500	801	108
Rental	99,96	2	(23.778)	(904)
B2W Argentina	100,00	463	243	(9)
Controladas indiretas				
Click Rodo	100,00	44.928	20.508	(1.773)
Infoprice	60,00	472	124	(101)
Direct	100,00	237.755	77.227	(26.151)
B2W México	100,00	352	(82)	(396)
				2015
	%	Capital	Patrimônio	Lucro Líquido
	Participação	social	Líquido	(Prejuízo Líquido)
				ajustado
Controladas diretas				
8M Participações Ltda.	100,00	315.669	281.254	(19.956)
ST Importações Ltda.	100,00	4.050	46.194	15.089
B2W Chile	100,00	176	510	(114)
Viajes Argentina (a)	100,00	2.939	148	(1.088)
Mesaexpress	100,00	274	220	130
Submarino Finance Promotora de Crédito Ltda.	100,00	12.005	58.919	17.935
QSM	100,00	5.000	11.729	5.781
BIT Services (antiga Ideais)	100,00	133	9.405	671
Tarkena	100,00	11	(32)	11
Digital Finance	100,00	500	693	172
Rental	99,96	1	(22.864)	(197)
B2W Argentina	100,00	463	501	(3)
Controladas indiretas				
Click Rodo	100,00	7.888	(14.971)	(9.852)
B2W Services (antiga Uniconsult)	100,00	190	8.940	5.689
Direct	100,00	237.755	103.378	-
Sieve Group	100,00	12.773	12.778	1.311
B2W México	100,00	27	15	15
Vectis	100,00	20	(231)	(395)

(a) Investimento alienado no 2º trimestre de 2016.

(c) Demais informações sobre Controladas

(i) Reorganização societária

Em 19 de setembro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovaram a proposta de reorganização societária realizada relativamente às seguintes controladas da Companhia: (i) 8M Participações Ltda.; (ii) B2W Services Ltda.; (iii) Smart E-Commerce do Brasil Tecnologia Ltda.; (iv) Ideais Tecnologia Ltda.; (v) Minimália Comércio Eletrônico de Roupas e Estampas Ltda.; (vi) Myboo Prestação de Serviços de Tecnologia e Informática Ltda.; (vii) Myboo Soluções em Tecnologia da Informação Ltda.; (viii) PC Blindado S.A.; (ix) R2L Serviços de Internet Ltda.; (x) Sieve Group Brasil Tecnologia S.A.; (xi) Sieve Serviços de Tecnologia da Informação S.A.; (xii) Site Blindado S.A.; (xiii) Skyhub Sistemas de Integração Ltda.; (xiv) Tarkena Consultoria, Licenciamento e Desenvolvimento de Sistemas de Informática Ltda.; (xv) Trustsign Certificadora Digital & Soluções de Segurança da Informação Ltda.; e (xvi) Vectis Participações Ltda. ("Reorganização").

Em 31 de Outubro de 2016, a 8M Participações teve parte do seu capital social cindido, sendo transferido para a BFF Logística e Distribuição Ltda. as seguintes participações nas empresas:

- 100% - Click Rodo Entregas Ltda.
- 100% - Direct Express Logística Integrada S/A

Em 21 de Outubro de 2016, foi aprovada a alteração do nome da Sociedade de "Ideais Tecnologia Ltda." para "BIT Services Tecnologia e Inovação Ltda.".

Em 31 de Dezembro de 2016, foi aprovada a incorporação pela BIT Services Tecnologia e Inovação Ltda. das sociedades Tarkena Consultoria, Licenciamento e Desenvolvimento de Sistemas de Informática Ltda., 8M participações Ltda. e Minimália Comércio Eletrônico de Roupas e Estampas Ltda.

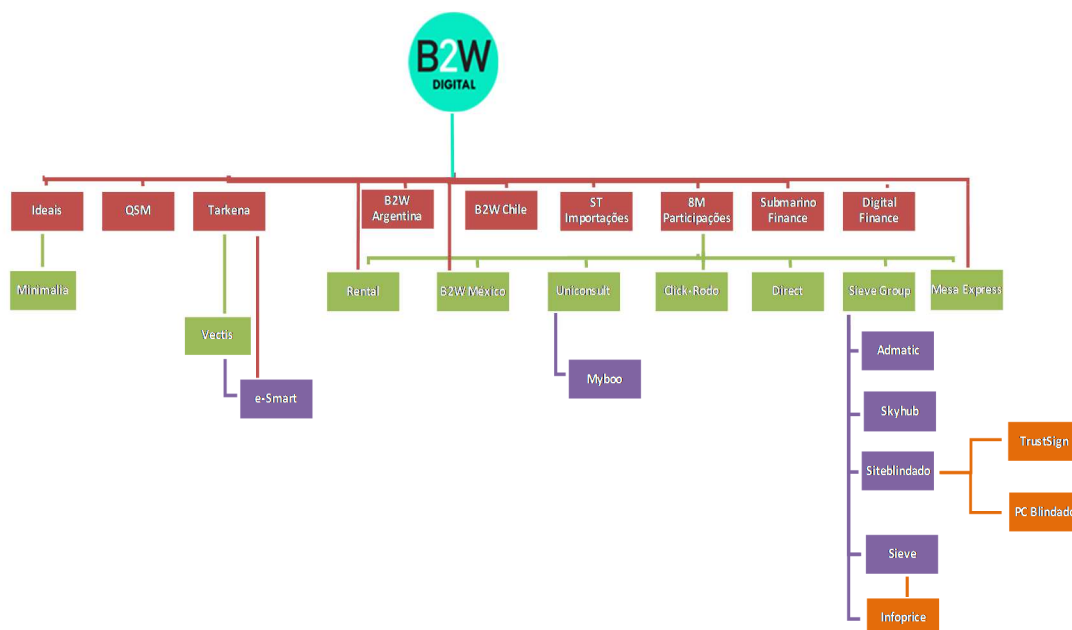
Em reunião de sócios, foi aprovada em 31 de Dezembro de 2016 a incorporação pela Tarkena Consultoria, Licenciamento e Desenvolvimento de Sistemas de Informática Ltda. das sociedades Vectis Participações Ltda. e Smart E-Commerce do Brasil Tecnologia Ltda.

Em 31 de Dezembro de 2016, foi aprovada a incorporação pela 8M participações Ltda. da Sieve Group Brasil Tecnologia S.A., B2W Services Ltda., Myboo Soluções em Tecnologia da Computação Ltda., Myboo Prestação de Serviços de Tecnologia e Informática Ltda., R2L Serviços de Internet Ltda. (Admatic), Site Blindado S.A., Skyhub Sistemas de Integração Ltda., Sieve Serviços de Tecnologia da Informação S.A., PC Blindado S.A. e Trustsign Certificadora Digital & Soluções de Segurança de Informação Ltda.

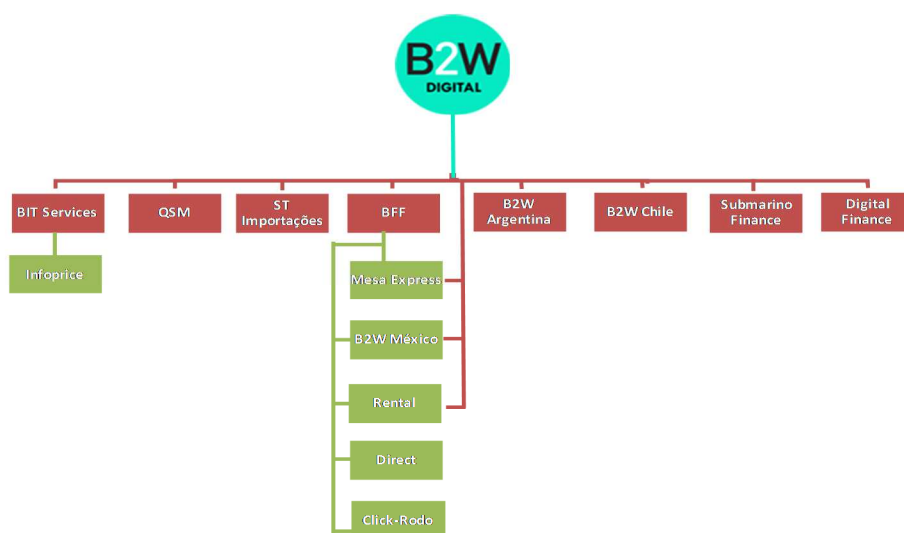
A Reorganização teve como objetivos: (i) concentrar as operações relacionadas com o segmento de tecnologia da informação, que eram realizadas por meio de várias sociedades controladas, em uma única sociedade, mantendo-se individualizada toda estrutura de atendimento ao cliente e modelos de negócios existentes relacionados a cada uma das empresas e suas marcas, continuando, desta forma, a desenvolver todas as atividades antigamente conduzidas sem qualquer dissolução de continuidade, (ii) segregar as atividades de logística das atividades de tecnologia da informação, dessa maneira (iii)

simplificando a estrutura societária, com otimização e sinergia operacional e estrutural. Nesse sentido, a BIT Services Inovação e Tecnologia Ltda. (antiga Ideais Tecnologia Ltda.) passou a concentrar as atividades relacionadas com o ramo de tecnologia da informação, sendo as atividades de logística desenvolvidas de maneira independente controladas pela BFF Logística e Distribuição Ltda.

Organograma antes da Reestruturação Societária:



Novo Organograma:



(ii) ST Importações Ltda.

A controlada, tem por objeto social a importação, exportação, armazenamento e comércio de produtos eletrônicos, eletroeletrônicos, acessórios de carros, ferramentas, peças de assistência técnica, produtos de utilidade doméstica, brinquedos, brindes, produtos de higiene, cosméticos, perfumes, representação comercial e assessoria empresarial. A participação da Companhia nessa controlada é de 100%.

(iii) QSM Distribuidora e Logística Ltda.

A controlada tem por objeto social o comércio atacadista de mercadorias em geral, organização logística do transporte de cargas, agenciamento marítimo e depósito de mercadorias para terceiros. A participação obtida pela Companhia nessa controlada é de 100%.

(iv) BIT Services Inovação e Tecnologia Ltda. (antiga Ideais Tecnologia Ltda.)

Empresa adquirida em 9 de outubro de 2013, presta serviço de elaboração de programas de computador, desenvolvimento e operação de serviços de comércio eletrônico, publicidade digital, desenvolvimento, suporte e consultoria para redes, software, internet e tecnologia da informação em geral. A participação adquirida pela Companhia foi de 100%.

(v) Digital Finance Promotora de Crédito Ltda.

Empresa criada em parceria com o grupo Cetelem, tem por objeto a prestação de serviços de promoção, desenvolvimento mercadológico e oferecimento de produtos de crédito, podendo receber e encaminhar propostas de cartões de crédito e débito, empréstimos e financiamentos, analisar créditos e registros.

O início de suas atividades não se relaciona a uma combinação de negócios, a qual pressupõe uma aquisição de ativo não detido pela Companhia para viabilizar o desenvolvimento de um novo negócio.

15 Imobilizado

							Controladora
	Terrenos	Instalações, móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos de informática	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Obras em andamento	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	5.704	72.033	321.281	24.375	21.430	4	444.827
Aquisições	-	2.354	116.131	11.134	11.885	-	141.504
Baixas	-	(21)	(897)	-	(4.952)	-	(5.870)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(7.038)	(30.002)	(3.697)	-	(2)	(40.739)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	5.704	67.328	406.513	31.812	28.363	2	539.722
Aquisições	-	2.537	12.573	4.774	9.741	-	29.625
Baixas	-	(3)	(453)	(360)	-	-	(816)
Transferências	-	-	1.445	35.186	(36.631)	-	-
Depreciação	-	(6.928)	(40.189)	(6.738)	-	(1)	(53.856)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	5.704	62.934	379.889	64.674	1.473	1	514.675
Saldos em 31 de dezembro de 2015:							
Custo total	5.754	111.390	529.551	25.880	56.724	88	729.387
Baixas	(50)	(815)	(2.156)	(11)	(4.952)	(1)	(7.985)
Transferências	-	(1.045)	603	23.797	(23.409)	54	-
Depreciação acumulada	-	(42.202)	(121.485)	(17.854)	-	(139)	(181.680)
Valor residual	5.704	67.328	406.513	31.812	28.363	2	539.722
Saldos em 31 de dezembro de 2016:							
Custo total	5.754	113.927	542.124	30.654	66.465	88	759.012
Baixas	(50)	(818)	(2.609)	(371)	(4.952)	(1)	(8.801)
Transferências	-	(1.045)	2.048	58.983	(60.040)	54	-
Depreciação acumulada	-	(49.130)	(161.674)	(24.592)	-	(140)	(235.536)
Valor residual	5.704	62.934	379.889	64.674	1.473	1	514.675
Taxa média anual de depreciação	-	9,91%	8,93%	10%	-	Indefinida	

B2W Companhia Digital
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2016 e relatório sobre a
revisão de demonstrações contábeis

Consolidada								
Terrenos	Instalações e móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos de informática	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Bens para locação	Obras em andamento	Veículos	Outros	Total
5.704	74.725	335.254	23.061	4.058	28.415	2.740	212	474.169
								474.169
								159.235
								(14.610)
								(1.567)
								-
								(51.262)
5.704	74.420	420.761	23.434	459	39.387	1.458	342	565.965
								565.965
								30.212
								(967)
								(308)
								-
								(56.612)
5.704	70.193	391.957	56.732	123	12.524	288	769	538.290
								538.290
								811.748
								(16.907)
								(1.567)
								-
								(227.309)
5.704	74.420	420.761	23.434	459	39.387	1.458	342	565.965
								565.965
								841.961
								(17.875)
								(1.875)
								-
								(283.921)
5.704	70.193	391.957	56.732	123	12.524	288	769	538.290
								538.290
								Indefinida
-	9,91%	8,93%	10%	33%	-	20%		

16 Intangível

	Controladora					
	Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	Direito Uso de Lavra	Desenvolvimento de web sites e sistemas	Licença de uso da marca BLOCKBUSTER Online	Outros Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	82.575	6.199	14.190	1.721.198	13.324	953 1.838.439
Adições	-	14.878	-	510.399	-	525.277
Baixas	(1.136)	-	-	-	-	(1.136)
Amortização	-	(1.396)	(1.320)	(175.153)	(1.107)	(178.976)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	81.439	19.681	12.870	2.056.444	12.217	953 2.183.604
Adições	-	12.549	-	409.820	-	2 422.371
Baixas	-	-	-	-	-	-
Amortização	-	(4.653)	(1.320)	(220.901)	(4.072)	- (230.946)
Saldos em 31 de dezembro de 2016:	81.439	27.577	11.550	2.245.363	8.145	955 2.375.029
Saldos em 31 de dezembro de 2015:						
Custo total	136.912	100.893	16.500	2.544.083	21.060	953 2.820.401
Amortização acumulada	(55.473)	(81.212)	(3.630)	(487.639)	(8.843)	- (636.797)
Valor residual	81.439	19.681	12.870	2.056.444	12.217	953 2.183.604
Saldos em 31 de dezembro de 2016:						
Custo total	136.912	113.442	16.500	2.953.903	21.060	955 3.242.772
Amortização acumulada	(55.473)	(85.865)	(4.950)	(708.540)	(12.915)	- (867.743)
Valor residual	81.439	27.577	11.550	2.245.363	8.145	955 2.375.029
Taxa média anual de amortização	Indefinida	20%	8%	12,56%	5,26%	Indefinida

B2W Companhia Digital
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2016 e relatório sobre a
revisão de demonstrações contábeis

	Consolidado					
	Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	Direito de uso de Lavra	Desenvolvimento de web sites e sistemas	Licença de uso da marca BLOCKBUSTER Online	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	236.630	40.917	14.190	1.759.655	13.324	2.071.241
Adições	-	45.260	-	531.400	-	576.660
Baixas na venda de empresas controladas	(2.551)	(38.653)	-	(48.952)	-	(91.172)
Amortização	-	(2.751)	(1.320)	(183.497)	(1.108)	(188.676)
Ágio - 8M Participações	7.819	-	-	-	-	7.819
Ágio - Mesa Express	(307)	-	-	-	-	(307)
Mais valia - Direct	-	-	-	-	-	-
Ágio - Direct	174.206	-	-	-	-	174.206
Ágio - Smart	13.011	-	-	-	-	13.011
Ágio - Sieve	119.998	-	-	-	-	119.998
Saldos em 31 de dezembro de 2015	548.806	44.773	12.870	2.058.606	12.216	2.682.780
Adições	-	18.332	-	407.850	-	430.953
Baixas na venda de empresas controladas	-	(16)	-	-	-	(16)
Amortização	-	(9.814)	(1.320)	(219.908)	(4.072)	(235.231)
Ágio - Sieve Group	4.581	-	-	-	-	4.581
Mais valia - Smart	(123)	-	-	-	-	(123)
Ágio - BFF Logística	3	-	-	-	-	3
Ágio - Myboo	3.052	-	-	-	-	3.052
Mais valia - Ideais	(889)	-	-	-	-	(889)
Saldos em 31 de dezembro de 2016:	555.430	53.275	11.550	2.246.548	8.144	2.885.110
Saldos em 31 de dezembro de 2015:						
Custo total	610.117	206.145	16.500	2.609.725	21.060	3.471.035
Baixas na venda de empresas controladas	(2.551)	(38.653)	-	(48.952)	-	(91.172)
Amortização acumulada	(58.760)	(122.719)	(3.630)	(502.167)	(8.844)	(697.083)
Valor residual	548.806	44.773	12.870	2.058.606	12.216	2.682.780
Saldos em 31 de dezembro de 2016:						
Custo total	616.741	224.477	16.500	3.017.575	21.060	3.908.612
Baixas na venda de empresas controladas	(2.551)	(38.669)	-	(48.952)	-	(91.188)
Amortização acumulada	(58.760)	(132.533)	(4.950)	(722.075)	(12.916)	(932.314)
Valor residual	555.430	53.275	11.550	2.246.548	8.144	2.885.110
Taxa média anual de amortização	Indefinida	20%	8%	12,56%	5,26%	Indefinida

As adições no exercício referem-se substancialmente a gastos com desenvolvimento de *web sites* e sistemas.

(a) Ágios em aquisições de investimentos

A Companhia avalia o ágio anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*), sendo a última avaliação efetuada no exercício de 31 de dezembro de 2016. Estes ágios são apurados em aquisições de investimentos e incorporações, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, com base em projeções de resultados futuros para um período de 10 anos, utilizando as mesmas premissas descritas na Nota 12 (c) e uma única taxa de desconto de 12% para descontar os fluxos de caixa futuros estimados.

Os saldos de ágios apurados nas aquisições das participações societárias estão suportados por estudos técnicos com sustentação na expectativa de rentabilidade futura e a companhia monitorou as premissas utilizadas e não identificou indicativos de perda ou necessidade de nova avaliação em 31 de dezembro de 2016.

Controladora				Consolidado			
31 de Dezembro de 2016			31 de dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2016			31 de dezembro de 2015
Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Ágio em aquisições de investimentos							
TV Sky Shop	136.912	(55.473)	81.439	136.912	(55.473)	81.439	81.439
8M Participações				13.205	(4.587)	8.618	8.618
Mesaexpress				310	(307)	3	3
Uniconsult				67.480		67.480	67.480
Click Rodo				19.426		19.426	19.426
Ideais				38.893		38.893	39.782
Direct				195.038		195.038	195.038
Tarken				4.011		4.011	4.011
Smart				12.888		12.888	13.011
Sieve Group				124.579		124.579	119.998
BFF Logística				3		3	-
Myboo				3.052		3.052	-
136.912	(55.473)	81.439	81.439	615.797	(60.367)	555.430	548.806

(b) Desenvolvimento de Websites e sistemas/Direitos de Uso de Software

Representam gastos com plataforma e-commerce (desenvolvimento de Infraestrutura tecnológica, conteúdo, aplicativos e layout gráfico dos sites), gastos com implantação de sistema ERP e desenvolvimento de sistemas próprios, sendo amortizados de forma linear considerando-se o prazo estipulado de utilização e benefícios auferidos.

Seguindo sua trajetória de inovação, a B2W continua investindo em novas funcionalidades com o objetivo, principalmente, de melhorar a experiência de compra, aumentar a taxa de conversão e reforçar o posicionamento das marcas, além de implementar novas funcionalidades operacionais da Companhia. Dentre os projetos recém-lançados destacam-se:

- Novo Shoptime: site com novo layout e mais otimizado para desktop e mobile;
- Store in store pet love: maior pet shop online do Brasil;
- Visualização de produtos no ato do pagamento: clientes podem visualizar quais produtos estão comprando, evitando evasão do fluxo e abandono de compra;

- Portal de seguros e serviços: instalação de ar-condicionado, seguro de roubo e furto para dispositivos móveis, plano de saúde PET, Garantia Estendida;
- *Store in Store* Centauro Submarino: *MarketPlace* de produtos esportivos, Produtos exclusivos Centauro e experiência customizada de navegação;
- Media Center Shoptime: Experiência da TV na web, ao vivo e últimos vistos na TV;
- Cartão Sou Barato: plataforma para pedidos do cartão otimizada para desktop e mobile (responsivo);
- Avaliação Marketplace - Americanas.com: clientes podem avaliar a experiência de compra em *marketplace* ajudando na decisão de compra do cliente.
- Plataforma de Seguros - Shoptime: recomendação de seguros durante o fluxo de compra do site e piloto com venda de seguro roubo e furto de celulares (quebra, perda ou roubo de celular);
- TV Shoptime no APP: programação da TV no bolso;

A Companhia utilizou as mesmas premissas no item (a) acima para o teste de *impairment* do ativo intangível e não identificou necessidade de provisão para perdas.

(c) Juros de empréstimos capitalizados

Os valores dos juros de empréstimos capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram de R\$ 80.120 e R\$ 95.939, respectivamente. A taxa adotada para apuração dos custos de captação de empréstimos elegíveis para capitalização foi de aproximadamente 135% do CDI em 31 de dezembro de 2016 (124,5% do CDI em 31 de dezembro de 2015), correspondente à média ponderada dos empréstimos tomados pela Companhia.

(d) Direito de uso de lavra

A Companhia readquiriu da LASA o montante de R\$ 16.500 referente à utilização da lavra em meios de telecomunicação (internet, tele vendas, entre outros), oriundo da finalização da parceria entre LASA e a Itaú Unibanco Holding S.A e registrou o referido montante como ativo intangível.

17 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Fornecedores de mercadorias	1.655.093	2.167.491	1.789.144	2.197.019
Fornecedores de uso e consumo e outros	685.109	310.954	692.046	327.519
Acordos Comercias	(334.390)	(286.425)	(334.390)	(286.425)
Ajuste a valor presente (Nota 2.15)	(38.840)	(37.391)	(38.840)	(37.391)
	1.966.972	2.154.629	2.107.960	2.200.722

Os acordos comerciais são recebíveis, definidos em contratos de parceria firmados com os fornecedores. Nas operações financeiras em que o acordo comercial prevê, as liquidações se realizam por ocasião do pagamento das faturas, aos fornecedores, pelo montante líquido.

18 Empréstimos e financiamentos

(a) Composição

Objeto	Encargos anuais	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			2016	2015	2016	2015
Em moeda nacional						
Capital de giro	111,0% CDI a 139,0% CDI	23.11.2020	1.588.896	1.294.467	1.629.349	1.404.908
BNDES (i)	TJLP a TJLP + 3,3% a.a.	15.09.2022	359.754	414.660	359.754	414.660
BNDES (i)	SELIC + 2,9% a.a.	15.09.2022	435.626	379.580	435.626	379.580
BNDES (i)	6% a.a.	15.09.2021	18.181	22.539	18.181	22.539
FINEP (v)	4% a.a.	15.12.2020	226.844	231.570	226.844	231.570
Quotas FIDC (iv)	108,9% a 157,0% do CDI	20.06.2018	523.805	659.382	525.856	645.983
Em moeda estrangeira (iii)						
Capital de giro (ii)	US\$ + 3,5294% a 7,47% a.a.	12.11.2019	741.025	913.926	786.430	964.300
Operações de <i>swap</i> (ii)	121,5% CDI a 138,2% CDI	12.11.2019	113.197	(59.783)	114.980	(63.073)
Custo com captações (IOF e outras)			(31.603)	(33.795)	(31.603)	(33.795)
			3.975.725	3.822.546	4.065.417	3.966.672
Parcela do circulante			448.165	199.851	526.129	347.376
Parcela do não circulante			3.527.560	3.622.695	3.539.288	3.619.296

- (i) Financiamentos do BNDES relacionados ao programa FINEM (investimentos em tecnologia da informação, implantação de centro de distribuição, aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos em projeto social), PEC (Capital de Giro), BNDES Automático e "Cidadão conectado - Computador para todos".
- (ii) As operações em moedas estrangeiras encontram-se protegidas contra oscilações de câmbio, por intermédio de instrumentos financeiros derivativos de swap (Nota 4).
- (iii) Captação consoante a Resolução nº 2.770 do Banco Central do Brasil (BACEN).
- (iv) Representa o saldo das quotas sênior e subordinadas mezanino emitidas pelo FIDC (Nota 8(a)).
- (v) Representa as antecipações de contas a receber pelo FIDC, nota 8 (a).

(b) Empréstimos e financiamentos não circulante por ano de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
2016	-	659.383	-	-
2017	-	323.027	-	333.027
2018	1.778.898	1.222.816	1.790.626	1.868.800
2019	1.011.878	862.761	1.011.878	862.761
2020	563.057	414.297	563.057	414.297
2021	112.094	91.003	112.094	91.003
2022	61.633	49.408	61.633	49.408
	3.527.560	3.622.695	3.539.288	3.619.296

(c) Garantias

Os empréstimos e financiamentos na controladora e no consolidado estão garantidos por cartas de fiança no valor de R\$ 1.040.405.

(d) Linhas de crédito disponíveis

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas possuíam linhas de crédito com diversas instituições, a fim de utilizá-las nos momentos necessários para conduzir o crescimento orgânico da Companhia.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a determinadas cláusulas restritivas de dívida (*Debt Covenants* e *Cross Default*) constantes dos contratos de empréstimos e financiamentos. Essas cláusulas incluem, entre outras, a manutenção de certos índices financeiros, calculados com base nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas divulgadas pela Administração. Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 todos os índices estavam atendidos.

19 Debêntures

(a) Composição (Controladora e Consolidado)

	Data de emissão	Vencimento (i)	Tipo de emissão	Títulos em circulação	Valor na data de emissão	Encargos financeiros anuais	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
1ª Emissão privada	22.12.2010	22.12.2022	Privada	200.000	1.000	125,0% CDI	200.762	200.728

- (i) Em 10/11/2016, em Assembleia Geral de Debenturistas, por deliberação do único debenturista, foi aprovada a celebração do aditamento à Escritura de Emissão (“Aditamento”) com o propósito de: (a) alterar a data de vencimento para 22/12/2022; (b) Alterar a taxa de remuneração que passa a ser de 125% da Taxa DI; (c) Alterar a escritura de emissão de forma a autorizar o resgate antecipado facultativo; e (d) excluir a obrigação de a Companhia observar o índice financeiro Dívida Líquida Consolidada / EBITDA Adptado menor ou igual 3,5x. Não houve mudança substancial aos termos iniciais deste instrumento de dívida.

(b) Movimentação

	1ª Emissão
	Privada
Em 1º de janeiro de 2015	200.582
Amortização de juros	(29.577)
Encargos financeiros	29.723
Em 31 de dezembro de 2015	200.728
Amortização de juros	(31.939)
Encargos financeiros	31.973
Em 31 de dezembro de 2016	200.762

(c) Informações sobre as emissões de debêntures:

A seguir são apresentadas as descrições das debêntures emitidas e que estão em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Natureza	1ª emissão privada
Data de emissão	22.12.2010
Data de vencimento	22.12.2022
Quantidade emitida	200
Valor unitário	R\$ 1.000
Encargos financeiros anuais	125,0% DI
Conversibilidade	Simple, não conversíveis em ações
Tipo e forma	Nominativas e escriturais
Amortização do valor unitário	Integral na data do vencimento
Pagamento dos juros remuneratórios	22 de dezembro de cada ano (2011 a 2022)
Garantias	Não possui
	Permitida, desde que de comum acordo entre emissora e debenturista
Repactuação	

20 Contas a pagar - Combinação de Negócios

Com o objetivo de expansão dos negócios e de acordo com o plano estratégico, a Companhia vem adquirindo empresas com operações ligadas a serviços digitais. Entre 2013 e 2015 a Companhia adquiriu 19 empresas que atuam nas áreas de desenvolvimento de sistemas, operações e serviços de comércio eletrônico, consultoria em inteligência de clientes e produtos, além de 2 das principais transportadoras especializadas em e-commerce do Brasil. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo a pagar referente a aquisições destas empresas é de R\$ 23.805 (controladora) e 63.624 (consolidado).

Circulante

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
BIT Services (antiga Ideais)	11.250	8.693	11.250	8.692
Click Rodo	-	-	1.554	1.231
Grupo Sieve	-	-	18.606	30.546
Tarkena	1.305	1.158	1.305	1.158
Vectis/Smart	-	-	2.348	3.364
Outras	-	-	1.166	-
	12.555	9.851	36.229	44.991

Não Circulante

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
BIT Services (antiga Ideais)	11.250	19.732	11.250	19.731
Click Rodo	-	-	4.539	6.389
Grupo Sieve	-	-	4.689	30.581
Tarkena	-	1.158	-	1.158
Vectis/Smart	-	-	3.959	6.467
Outras	-	-	2.958	-
	11.250	20.890	27.395	64.326

21 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
ICMS	47.521	20.553	53.417	29.015
ISS	950	1.260	1.440	1.898
Pis e Cofins	-	-	8.181	7.927
IPI	-	-	1.508	1.954
Outros	1.369	6.066	3.854	10.285
	49.840	27.879	68.400	51.079

22 Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração possui um sistema de monitoramento de suas ações judiciais e administrativas conduzido por departamento jurídico interno e por advogados externos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão, em montante julgado suficiente, para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso. Determinadas ações judiciais estão garantidas por cartas de fiança.

(a) Depósitos Judiciais

Quando requeridos legalmente, são efetuados depósitos judiciais, os quais totalizam:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Depósitos Judiciais	17.550	18.807	17.707	19.163

Movimentação

	Controladora	Consolidado
Em 1º de janeiro de 2015	23.412	30.127
Adições	59.107	59.290
Reversão	(63.712)	(70.254)
Em 31 de dezembro de 2015	18.807	19.163
Adições	19.415	19.415
Reversão	(20.672)	(20.871)
Em 31 de dezembro de 2016	17.550	17.707

(b) Provisões constituídas

	Consolidado	
	2016	2015
Fiscais	41.092	40.188
Trabalhistas	79.305	119.353
Cíveis	58.815	54.270
	179.212	213.811

Fiscais

Referem-se substancialmente, a processo por auto de infração lavrado para cobrança de suposto débito de ICMS.

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas também são parte em ações judiciais de natureza trabalhista. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos, e as discussões envolvem principalmente reclamações de horas-extras entre outras.

Cíveis

A Companhia é parte, juntamente com suas controladas, em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações e de suas controladas, principalmente relacionada a consumidores, que representavam, em 31 de dezembro de 2016, o montante indicado como passivo contingente referente a essas questões. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos.

Movimentação da provisão para contingências:

	Consolidado			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2015	1.605	1.596	37.174	40.375
Adições	1.457	-	10.923	12.380
Reversão	(1.247)	-	(1.160)	(2.407)
Alocação Mais Valia - Direct	38.373	117.757	7.333	163.463
Saldos em 31 de dezembro de 2015	40.188	119.353	54.270	213.811
Adições	8.006	-	8.786	16.792
Reversão	(7.102)	-	(4.241)	(11.343)
Alocação Mais Valia - Direct	-	(40.048)	-	(40.048)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	41.092	79.305	58.815	179.212

(c) Passivos contingentes não provisionados

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui demandas administrativas e judiciais de natureza fiscal, cível e trabalhista classificados pelos assessores jurídicos como “perdas possíveis” e, por esse motivo, nenhuma provisão foi constituída. O montante aproximado dos processos tributários é de R\$ 363.453, controladora e R\$ 411.885 consolidado.

Dentre as principais ações de natureza tributárias classificadas como “perdas possíveis”, destacamos: (i) o auto de infração lavrado para a cobrança de débito de IRPJ e CSLL decorrente de aproveitamento supostamente indevido de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, uma vez que não observado o limite de 30% para realização da compensação, no valor aproximado de R\$ 57.351; (ii) auto de infração exige o ICMS-ST e multa por estocagem de mercadoria adquirida de fornecedor, supostamente, inidôneo,

no valor aproximado de R\$ 50.861; e (iii) o auto de infração decorrente da atribuição da responsabilidade pelo pagamento de multa, no valor aproximado de R\$ 114.090.

A Companhia possui posicionamento fiscal para tributos federais, fundamentado pelos assessores jurídicos, classificados como “perdas possíveis, com viés de remoto”, no montante de R\$ 272.817. Divulgação conforme item 92 do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

23 Receita Antecipada

A B2W firmou em 18 de outubro de 2013, Contrato de Acordo Comercial Seguro de Garantia Estendida com a seguradora CARDIF do Brasil Seguros e Garantias S.A., com interveniência da TRR Securitas Corretora de Seguros Ltda., e da Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada LTDA., pelo prazo de até 5 anos, com o objetivo de explorar a oferta de Garantia Estendida, das compras realizadas pelos clientes através dos canais de venda da Companhia.

Por conta desse contrato, a B2W recebeu a título de receita antecipada a importância de R\$ 35.000 que está sendo apropriado ao resultado mediante cumprimento de metas.

Os valores recebidos e ainda não apropriados estão contabilizados, no passivo, nas rubricas “Outros passivos circulantes” e “Outros passivos não circulantes”.

Adiantamento recebido	35.000
Apropriado no exercício de 2013	(17.285)
Apropriado no exercício de 2014	(2.484)
Apropriado no exercício de 2015	(2.566)
Apropriado no exercício de 2016	(2.292)
A apropriar	10.373
Parcela do não circulante	7.884
Parcela do circulante	2.489

24 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social é representado por 342.463.558 ações ordinárias, nominativas e escriturais, sem valor nominal (257.318.364 ações, em 31 de dezembro de 2015).

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de maio de 2016, foi autorizado o aumento do capital social da Companhia em R\$ 823.000 mediante a emissão privada de 82.300.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 10,00 por ação. A controladora Lojas Americanas subscreveu o total de 69.789.183 ações ordinárias e os não controladores subscreveram o total de 12.510.817 ações ordinárias, homologação do capital social ocorreu em 01 de agosto de 2016, conforme Ata da Reunião do Conselho de Administração.

A composição acionária do capital da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lojas Americanas S.A	212.883.162	143.093.979
Macquarie Group Limited	18.916.805	-
Administradores	5.997.059	4.010.521
Outros acionistas ("free floating")	104.666.532	110.213.864
	<u>342.463.558</u>	<u>257.318.364</u>
Lojas Americanas S.A.	62,16%	55,61%
Não controladores	37,84%	44,39%

(b) Movimentação das ações do capital

Quantidade de ações escriturais, sem valor nominal.

	<u>Ordinárias nominativas</u>
Em 31 de dezembro de 2015	257.318.364
Subscrição Privada	82.300.000
Subscrição de ações através de Plano de Ação	2.845.194
Em 31 de dezembro de 2016	<u>342.463.558</u>

(c) Reserva de capital

Essa reserva foi constituída em decorrência do processo de reestruturação societária em 2007, em contrapartida de acervo líquido incorporado.

(d) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

25 Pagamento baseado em ações

Os custos de remuneração provenientes do Plano de pagamento baseado em ações da para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 11.236 (R\$ 10.939 em 31 de dezembro de 2015). Os custos de remuneração têm como contrapartida o registro no patrimônio líquido em reserva de capital - reserva de opções outorgadas reconhecidas, uma vez que as opções, quando exercidas, são liquidadas através da emissão de novas ações ou utilização de ações mantidas em tesouraria. O custo de remuneração corresponde ao valor justo do Plano B2W, calculado na data da outorga, registrado durante o período de prestação de serviços que se inicia na data da outorga até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção.

Os custos de remuneração do Plano a serem reconhecidos pela Companhia pelo prazo remanescente (período de prestação de serviços a ocorrer) com base nas premissas utilizadas totalizam aproximadamente R\$ 28.538 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 36.390 em 31 de dezembro de 2015).

Com base na composição acionária do capital social em 31 de dezembro de 2016, o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente serão submetidos os atuais acionistas da Companhia em caso de exercício de todas as opções outorgadas é inferior a 1%.

Planos	2016	2015	2015	2014	2013
Data Reunião Comitê de Administração do Plano	10/03/2016	30/06/2015	30/03/2015	01/08/2014	01/10/2013
Quantidade de Ações PN Outorgados	2.845.194	476.807	1.357.147	1.285.208	2.462.847
Prazo Inicial para o Exercício da Outorga	Abril 2016	Julho 2015	Abril 2015	Setembro 2014	Novembro 2013
Prazo Final para o Exercício da Outorga	Março 2021	Junho 2020	Março 2020	Julho 2019	Setembro 2018
Valor de Subscrição da Ação da Data da Outorga	8,46	20,43	18,41	20,49	6,70
Valor de Mercado da Ação na Data da Outorga	13,88	23,05	19,56	22,83	16,28
Valor do Benefício	5,42	2,62	1,15	2,34	9,58
Número de Ações estimadas pela Companhia a serem emitidas e mantidas pós o período de <i>Vesting</i>	1.422.597	238.404	678.574	642.604	1.231.424
Data da Outorga	10/03/2016	30/06/2015	30/03/2015	01/08/2014	01/10/2013
Período de <i>Vesting</i>	60 Meses	60 Meses	60 Meses	60 Meses	60 Meses

26 Receita de vendas e serviços

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receita bruta com vendas	9.734.629	10.002.820	9.915.919	10.080.435
Receita bruta com serviços	586.478	465.726	1.371.754	1.321.541
Devoluções/descontos incondicionais	(738.266)	(888.679)	(767.238)	(892.375)
(-) Impostos sobre vendas/serviços	(1.681.002)	(1.237.309)	(1.919.124)	(1.495.822)
Receita Líquida	7.901.839	8.342.558	8.601.311	9.013.779

27 Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar suas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Vendas				
Pessoal	(537.734)	(461.606)	(546.904)	(461.741)
Ocupação	(128.843)	(111.155)	(155.030)	(110.995)
Suprimentos	(32.795)	(24.847)	(44.127)	(38.937)
Tarifas e comissões	(84.266)	(83.752)	(85.473)	(80.645)
Distribuição	(426.389)	(462.132)	(62.827)	(203.646)
Outras (a)	(27.879)	(58.430)	(48.615)	(141.525)
	(1.237.906)	(1.201.922)	(942.976)	(1.037.489)
Gerais e administrativas				
Pessoal	(34.124)	(44.384)	(54.417)	(68.251)
Honorários da Administração	(11.023)	(10.172)	(11.341)	(10.453)
Depreciação e amortização	(284.802)	(219.715)	(291.843)	(239.938)
Outras (b)	(8.579)	(6.999)	(15.149)	(61.139)
	(338.528)	(281.270)	(372.750)	(379.781)
Outras receitas (despesas) operacionais	(32.962)	92.239	(35.325)	41.897

- (a) Referem-se, principalmente, a mídia on e offline e serviços terceirizados de atendimento a clientes.
(b) Referem-se, principalmente, a honorários advocatícios, serviços de assessoria e consultoria e indenizações judiciais.

28 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Juros e variação monetária sobre títulos e valores mobiliários	161.224	70.963	190.027	98.301
Descontos financeiros obtidos	9.004	45.905	17.193	52.624
Ajuste a valor presente de contas a receber	264.431	233.450	264.431	233.450
Outras receitas financeiras	9.371	693	9.437	1.431
Total receita financeira	444.030	351.011	481.088	385.806
Juros, variação monetária dos empréstimos e financiamentos e operações de swap	(571.449)	(338.397)	(597.399)	(382.578)
Despesas com antecipação de recebíveis	(325.326)	(244.088)	(325.326)	(246.413)
Variação monetária do passivo fiscal	-	-	(72)	(54)
Despesas bancárias e tributos sobre transações financeiras	(20.339)	(4.072)	(24.710)	(5.606)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(278.452)	(218.515)	(278.452)	(218.515)
Descontos condicionais concedidos	(274.765)	(277.623)	(315.278)	(315.399)
Outras despesas financeiras	(14.640)	(26.607)	(24.129)	(35.564)
Total despesa financeira	(1.484.971)	(1.109.302)	(1.565.366)	(1.204.129)
Resultado financeiro líquido	(1.040.941)	(758.291)	(1.084.278)	(818.323)

29 Prejuízo por ação

O prejuízo básico por ação é computado pela divisão do prejuízo pela quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação no exercício de 2016. O cálculo do prejuízo por ação básico encontra-se divulgado a seguir:

	Controladora	
	2016	2015
Numerador		
Prejuízo do exercício	(485.860)	(418.384)
Denominador (em milhares de ações) básico		
Média ponderada de número de ações em circulação	292.393	256.368
Prejuízo líquido por ação básico	(1,6617)	(1,6320)
Denominador (em milhares de ações) diluído		
Média ponderada de número de ações em circulação	300.338	260.898
Prejuízo líquido por ação diluído	(1,6177)	(1,6036)

A Companhia não emitiu e/ou outorgou instrumentos patrimoniais que devam ser considerados para fins de cálculo do lucro por ação diluído, conforme determinado pelo Pronunciamento Técnico CPC 41.

30 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguros contratados junto a algumas das principais seguradoras do país, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o valor de risco envolvido.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas possuíam cobertura de seguros na modalidade de responsabilidade civil, seguro patrimonial e estoque, conforme demonstrado abaixo:

	Importância segurada
Danos Materiais	1.588.741
Responsabilidade Civil Geral e executivos	90.000
Perdas e Danos	1.640
Outros	317.450

31 Compromissos - Contratos de locação

A Companhia mantém Instrumento Particular de Contrato de Locação de Imóvel Comercial e Outras Avênças para todos os seus Centros de Distribuição.

O aluguel é atualizado mensalmente com base na média aritmética dos índices IGP-M e IPC-A (em 31 de dezembro de 2016 o valor do aluguel mensal era de R\$ 10.003).

A Companhia incorreu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em despesas de aluguéis e outras relacionadas aos CDs o montante de R\$ 121.952 (R\$ 108.344 exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

A Companhia analisou os referidos contratos e concluiu que estes se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os compromissos futuros oriundos destes contratos de locação dos CD's em uso, a valores de 31 de dezembro, são assim distribuídos:

	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2020 em diante</u>
Aluguéis	125.013	140.541	155.777	173.332

32 Remuneração dos empregados e administradores

(a) Remuneração dos administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2012, foi fixado o limite de remuneração global mensal dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria) da Companhia.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a remuneração total (salários, bônus e pagamento baseado em ações) dos conselheiros, dos diretores e dos principais executivos da Companhia foi de R\$ 26.009 e R\$ 24.427 respectivamente (R\$ 26.009 e R\$ 24.427 no consolidado), remunerações estas dentro dos limites aprovados em correspondentes Assembleias de Acionistas.

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados (exceto pelo plano de opção de compra de ações descrito na Nota 25).

* * *